

Informação

Projeto de Resolução n.º 1638/XIII (2.ª) PCP

Projeto de Resolução n.º 1698/XIII (3.ª) BE

Projeto de Resolução n.º 1709/XIII (3.ª) PS

Projeto de Resolução n.º 1725/XIII (3.ª) PCP

Discussão ocorrida nos termos do artigo 128.º n.º 1 do RAR, em reunião da Comissão de 27 de junho de 2018

-
- Pela célere construção do Hospital Central do Algarve
 - Recomenda ao Governo que desencadeie as ações necessárias para a construção do Hospital Central do Algarve
 - Recomenda ao Governo a apresentação de um calendário para a construção do novo Hospital Central do Algarve
 - Pela melhoria dos cuidados de saúde hospitalares públicos no Algarve

Comissão de Saúde

1. O Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português (PCP) tomou a iniciativa de apresentar os Projetos de Resolução (PJR) n.ºs 1638/XIII (3.ª) e 1725/XIII (3.ª), o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda (BE) apresentou o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1698/XIII (3.ª) e o Grupo Parlamentar do Partido Socialista (PS) apresentou o Projeto de Resolução (PJR) n.º 1709/XIII (3.ª), ao abrigo do disposto na alínea b) do artigo 156.º (Poderes dos Deputados) da Constituição da República Portuguesa e da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º (Poderes dos Deputados) do Regimento da Assembleia da República (RAR).

2. O PJR n.º 1638/XIII (3.ª), do PCP, deu entrada na Assembleia da República a 18 de maio de 2018, tendo sido admitido a 21 de maio, data em que baixou à Comissão de Saúde; o PJR n.º 1698/XIII (3.ª) BE deu entrada a 8 de junho, tendo sido admitido e baixado à Comissão de Saúde a 12 de junho; o PJR n.º 1709/XIII (3.ª) PS deu entrada a 14 de junho, foi admitido e baixou à Comissão de Saúde a 18 de junho; o PJR n.º 1725/XIII (3.ª) deu entrada a 20 de junho, tendo sido admitido e baixado à Comissão a 21 de junho.

3. A discussão conjunta ocorreu nos seguintes termos:

A Deputada Carla Cruz apresentou o PJR n.º 1638/XIII (3.ª), fazendo notar que o Hospital Central do Algarve foi identificado, por sucessivos Governos, como uma prioridade e que o atual Governo, embora também reconheça a sua importância, não iniciou ainda o processo de construção, escolhendo «*eleger a redução acelerada do défice como prioridade nacional*». As atuais instalações hospitalares são exíguas e desadequadas, impondo sérios constrangimentos em vários serviços, pelo que o PCP vem recomendar ao Governo que desencadeie os procedimentos necessários para que o processo de construção se inicie ainda em 2018, salvaguardando o modelo público para a sua construção e gestão.

De seguida a Deputada Carla Cruz apresentou ainda o PJR n.º 1725/XIII (3.ª), lembrando as profundas carências dos Hospitais algarvios de Faro, Portimão e Lagos, integrados no Centro Hospitalar Universitário do Algarve (CHUA), o que compromete a prestação de cuidados, não obstante a dedicação dos seus profissionais. Durante este Governo foram tomadas algumas medidas para travar a degradação dos cuidados de saúde na região algarvia, mas ficam aquém do que seria possível e necessário, pois para além de faltarem profissionais, o investimento nas instalações e na manutenção e

Comissão de Saúde

renovação do equipamento tem sido insuficiente. Recomenda assim o PCP ao Governo que reforce as medidas de incentivo e apoio à fixação de médicos no CHUA, que proceda à contratação de profissionais, que reforce o investimento e a articulação com os cuidados de saúde primários na região, que aprofunde a cooperação com a Universidade do Algarve e melhore a formação contínua dos profissionais.

O Deputado João Vasconcelos apresentou o PJR n.º 1698/XIII (3.ª), referindo os antecedentes históricos do Hospital e salientando que de acordo com o Relatório de Gestão e Contas de 2016 existe um conjunto de dificuldades no seu funcionamento, que provocam fortes constrangimentos à atividade assistencial, por carência de recursos humanos e deficiência da infraestrutura tecnológica, o que é demonstrado com a consulta de vários indicadores. A população aguarda pela construção do novo Hospital, que foi prometido há muito e do qual já foi lançada a primeira pedra em 2006, mas continua a ser um projeto adiado, pelo que o BE vem recomendar que sejam desencadeadas as ações necessárias para a sua construção, garantindo-se que a gestão seja pública, com os meios suficientes em termos de recursos humanos e equipamentos.

O Deputado Luís Graça apresentou o PJR n.º 1709/XIII (3.ª), chamando a atenção para o facto de que este Governo tem apostado na reestruturação do setor da saúde na região algarvia, nomeadamente com a reabertura de polos de saúde e a abertura de USFs. O Hospital Central do Algarve desde há uma década que é considerado uma prioridade e o atual Governo já reconheceu em várias ocasiões a sua importância, estando a ARS Algarve a atualizar os estudos sobre a rede hospitalar da região e o programa funcional do Hospital Central, revendo o processo que foi abandonado pelo PSD/CDS-PP em 2011. O PS propõe-se assim recomendar ao Governo a apresentação de um calendário para a construção do novo Hospital, de forma sustentável e sem prejuízo para o rigor das contas públicas.

O Deputado Cristóvão Norte informou que o PSD deu entrada de um PJR que entendeu não submeter à discussão na Comissão, porque vai requerer que esta seja feita em plenário. Pensa que não há divergências quanto à necessidade da construção do novo Hospital, o problema é o facto de este Governo não ter atribuído prioridade política a este projeto, e os algarvios esperavam que isso acontecesse. O Governo entende assim fazer investimentos em saúde (nos Hospitais de Lisboa Oriental, Sintra, Seixal e Évora), mas não no Algarve, e a verdade é que todos os dados mostram

Comissão de Saúde

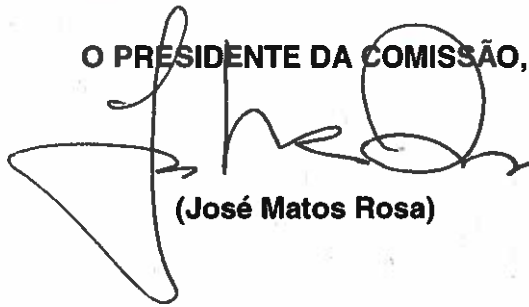
quebra significativa na prestação dos cuidados de saúde naquela região, não se compreendendo porque não é construído o Hospital.

A Deputada Isabel Galriça Neto corroborou o que o CDS-PP tem dito em várias oportunidades, reiterando a preocupação com a falta de resposta das infraestruturas do Algarve e a não existência, ainda, de um novo Hospital. A reforma hospitalar não está a concretizar-se, está completamente parada e esta questão é sintoma disso mesmo. O CDS-PP não tem preconceito ideológico quanto à natureza do modelo de construção e gestão do novo Hospital, pois nada o move contra as PPP, defendendo a resposta que melhor possa servir as populações.

4. Os Projetos de Resolução n.ºs 1638/XIII (3.ª) PCP, 1698/XIII (3.ª) BE, 1709/XIII (3.ª) PS e 1725/XIII (3.ª) PCP foram objeto de discussão conjunta na Comissão de Saúde, em reunião de 27 de junho de 2018 e a informação relativa a esta discussão será remetida ao Presidente da Assembleia da República, nos termos e para os efeitos do n.º 1 do artigo 128.º do Regimento da Assembleia da República.

Assembleia da República, 27 de junho de 2018

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(José Matos Rosa)